

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO:** Senhores acionistas: Atendendo às disposições sociais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras relativas aos semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017. **I. Desempenho operacional:** As atividades operacionais da Via Certa Financiadora S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos ("Financeira") têm por objetivo o financiamento das operações de crédito pessoal e CDC, além de contrato de parceria para financiamento dos usuários do cartão de crédito Lojas Quero-Quero/Verdecard, administrado e emitido pela bandeira Verdecard, cartões de crédito private label para supermercados, emitidos e administrados pela bandeira Sigacred, cartão de crédito Breithaupt, emitido e administrado pela Companhia, através da aplicação de recursos próprios e coletados de terceiros e partes relacionadas. Em 24 de outubro de 2017, foi prorrogado o contrato de parceria entre a Financeira e as Lojas Quero-Quero e Verde Administradora de Cartões de Crédito S.A. com condições de Não Exclusividade, vigência até 5 de outubro de 2020 e possibilidades de renovação ao final deste. Além de uma operação estruturada para o FIDC Verdecard (Lojas Quero-Quero/Verdecard). Depois de concluir a estruturação de suas operações em 2011, a Financeira passou a operar a partir de março de 2012 no mercado de crédito pessoal e CDC através de novas parceiras fora do Grupo Quero-Quero. **II. Títulos e Valores Mobiliários:** Em atenção ao disposto no art. 8º da Circular nº 3.068/01, do Banco Central do Brasil, a Via Certa Financiadora S.A. possuía títulos e valores mobiliários classificados como títulos mantidos "para negociação" em 30 de junho de 2018. Adicionalmente, a Financeira não operou com instrumentos financeiros derivativos ao longo do semestre. **III. Gestão de risco operacional:** Em atendimento à Resolução nº 3.380/06 do Banco Central do Brasil, a Financeira estabeleceu uma estrutura de gerenciamento dos riscos operacionais responsável pela identificação, pela avaliação, pelo monitoramento, pelo controle e pela mitigação dos riscos da instituição. Essa estrutura, através de metodologia apropriada, realiza avaliações periódicas nos processos identificando os riscos inerentes, tratando-os de maneira adequada à sua mitigação. O relatório descritivo do gerenciamento do risco operacional encontra-se na sede da Financeira. **IV. Risco de mercado:** Em consonância com o que prevê a Resolução nº 3.464/07 do CMN, a Financeira implementou uma estrutura para gerenciamento dos riscos de acordo com o grau de complexidade dos seus produtos e a dimensão do risco de mercado. **V. Risco socioambiental:** Em atendimento à Resolução nº 4.327/14 do CMN, a Financeira implementou a Política de Risco Socioambiental (PRSA) em 1º de junho de 2014. **VI. Gerenciamento de capital:** A estrutura para gerenciamento de capital da Financeira está definida com base na Resolução CMN nº 3.988/2011 e prevê procedimentos para apuração de Patrimônio de Referência Exigido, Patrimônio de Referência, Índice de Basileia, limites mínimos, elaboração de plano de capital, testes de estresse e relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação de capital. **VII. Ouvidoria:** Esse componente organizacional está implementado desde 30 de setembro de 2007, e estamos buscando contínuas melhorias para atendimento integral às determinações da Resolução nº 3.849/10 do Bacen. Atualmente, mantemos registradas todas as solicitações efetuadas ao canal de comunicação do 0800 da Ouvidoria. Também deixamos o cliente sempre informado sobre a existência do canal de atendimento e damos o pronto atendimento com a resolução das solicitações dentro dos prazos previstos. Além disso, mantemos atualizados os documentos sociais com as menções sobre as estruturas da Ouvidoria e as atribuições do Diretor de Ouvidoria. **A Administração. Wilmar Hammerschmitt, Presidente; Moacir Carlos Engemann, Diretor de Operações; Fábio Von Groll, Diretor Administrativo-Financeiro; Ademir Rogério Diel, Diretor de Negócios; Adelar José Diel, Contador CRC/RS 062617.**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**BALANÇOS PATRIMONIAIS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 2017 (milhares de R\$)**

Ativo	Nota	2018	2017	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2018	2017
<b>Circulante</b>		<b>218.504</b>	<b>179.396</b>	<b>Circulante</b>		<b>71.678</b>	<b>63.846</b>
Disponibilidades	4	527	462	Depósitos a prazo		1.102	-
Títulos e valores imobiliários		35.595	38.319	Depósitos a prazo	7	1.102	-
Carteira própria	4	35.595	38.319	Recursos de aceites e emissão de títulos		57.439	55.746
Operações de crédito		172.197	132.719	Recursos de aceites cambiais	8	57.439	55.746
Setor privado	5(a)	184.205	141.318	Outras obrigações		13.137	8.100
Provisão p/operações de créd. liquidação duvidosa	5(b)	(12.008)	(8.599)	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		319	163
Outros créditos		10.185	7.896	Fiscais e previdenciárias		1.791	1.378
Outros créditos diversos	6	10.185	7.896	Outras obrigações - diversas	9	11.027	6.559
Realizável a longo prazo		23.695	15.442	Exigível a longo prazo		139.594	94.783
Operações de crédito		23.476	14.884	Depósitos a prazo		3.951	56
Setor privado	5(a)	54.077	34.903	Depósitos a prazo	7	3.951	56
Provisão p/operações de créd. liquidação duvidosa	5(b)	(30.601)	(20.019)	Recursos de aceites cambiais e emissão de títulos		135.400	94.727
Outros créditos		219	558	Recursos de aceites cambiais	8	135.400	94.727
Outros créditos diversos	6	219	558	Outras obrigações		243	-
Permanente		5.778	836	Outras obrigações - diversas	9	243	-
Imobilizado de uso		5.778	836				
Imobilizado de uso		7.089	1.511	<b>Patrimônio líquido</b>	10	<b>36.705</b>	<b>37.045</b>
Depreciações acumuladas		(1.311)	(675)	Capital			
Intangível		-	-	De domiciliados no país		33.288	33.288
Intangível		1.170	1.170	Reservas de lucros		3.417	3.757
Amortizações acumuladas		(1.170)	(1.170)	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>247.977</b>	<b>195.674</b>
Total do ativo		<b>247.977</b>	<b>195.674</b>				

**DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS - 2018 E 2017 (milhares de R\$)**

	Nota	2018	2017	Fluxos de caixa das atividades operacionais	2018	2017
<b>Receitas da intermediação financeira</b>		<b>85.349</b>	<b>63.652</b>	<b>Lucro líquido após imposto de renda/contribuição social</b>	<b>2.458</b>	<b>3.831</b>
Operações de crédito	12	84.593	61.563	Ajustes por:		
Result. de operações c/títulos e valores mobiliários		756	2.089	Constit. provisão p/ operac. de créd. de liquidação duvidosa	27.584	15.277
<b>Despesas da intermediação financeira</b>		<b>(34.254)</b>	<b>(24.507)</b>	Provisão passivos contingentes	97	-
Operações de captação no mercado		(6.670)	(9.230)	Depreciações e amortizações	385	155
Provisão p/ créd. liquid. duvidosa	5d	(27.584)	(15.277)	Despesa de Imposto de renda/contribuição social	1.964	3.074
<b>Resultado bruto da intermediação financeira</b>		<b>51.095</b>	<b>39.145</b>	<b>Variações nos ativos e passivos</b>	<b>30.030</b>	<b>18.506</b>
Outras receitas/(despesas) operacionais		(46.673)	(32.240)	(Aumento) em operações de crédito	(37.538)	(24.532)
Receitas de prestação de serviços	13	7.406	3.957	(Aumento)/redução outros créditos	619	(386)
Despesas de pessoal		(3.503)	(2.850)	Aumento em depósitos a prazo	3.904	56
Outras despesas administrativas	14	(45.858)	(30.451)	Aum. em recursos de aceites cambiais e emissão de títulos	23.439	15.318
Despesas tributárias	15	(4.181)	(2.650)	Aumento/(redução) em outras obrigações	2.678	(2.755)
Outras receitas operacionais		59	21	<b>(6.898)</b>	<b>(12.299)</b>	
Outras despesas operacionais		(596)	(267)	Imposto de renda e contribuição social pagos	(3.976)	(2.855)
<b>Resultado antes da tributação s/o lucro</b>		<b>4.422</b>	<b>6.905</b>	<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>	<b>21.614</b>	<b>7.183</b>
Imposto de renda e contribuição social	11	(1.964)	(3.074)	<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>		
Provisão para imposto de renda		(1.982)	(1.785)	Aquisição de imobilizado	(161)	(74)
Provisão para contribuição social		(1.645)	(1.480)	<b>Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento</b>	<b>(161)</b>	<b>(74)</b>
Ativo fiscal diferido		1.663	191	<b>Fluxo de caixa atividades de financiamentos</b>		
<b>Lucro líquido do semestre</b>		<b>2.458</b>	<b>3.831</b>	Dividendos pagos	(3.132)	(1.751)
Quantidade de ações do capital social por lote de mil ações		100.000	100.000	<b>Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos</b>	<b>(3.132)</b>	<b>(1.751)</b>
Lucro líquido lote de mil ações - R\$		24,58	38,31	<b>Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>18.321</b>	<b>5.358</b>
				Caixa e equivalentes de caixa		
				No início do período	17.801	33.423
				No fim do período	36.122	38.781
				<b>(Redução)/aumento de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>18.321</b>	<b>5.358</b>

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 2017 (milhares de R\$)**

	Capital social	Legal	Estatutária	Lucros acumulados	Total
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2017</b>	<b>33.288</b>	<b>1.677</b>	-	-	<b>34.965</b>
Lucro líquido do semestre	-	-	-	3.831	3.831
Destinação dos lucros:					
Reserva legal	-	192	-	(192)	-
Reserva estatutária	-	-	1.888	(1.888)	-
Dividendos distribuídos	-	-	-	(1.751)	(1.751)
<b>Saldos em 30 de junho de 2017</b>	<b>33.288</b>	<b>1.869</b>	<b>1.888</b>	-	<b>37.045</b>
Mutações do semestre	-	192	1.888	-	2.080

<b>Saldos em 1º de janeiro de 2018</b>	<b>33.288</b>	<b>2.078</b>	<b>2.013</b>	-	<b>37.379</b>
Lucro líquido do semestre	-	-	-	2.458	2.458
Destinação dos lucros:					
Reserva legal	-	123	-	(123)	-
Reserva estatutária	-	-	2.335	(2.335)	-
Dividendos distribuídos	-	-	(3.132)	-	(3.132)
<b>Saldos em 30 de junho de 2018</b>	<b>33.288</b>	<b>2.201</b>	<b>1.216</b>	-	<b>36.705</b>
Mutações do semestre	-	123	(797)	-	(674)

#### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (milhares de R\$)

**1. Contexto operacional:** A Via Certa Financiadora S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos ("Financeira") foi constituída em 20 de agosto de 2001, com a denominação social de Quero-Quero Financiadora S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos, e está autorizada a operar com financiamento de operações de compra a prazo, de operações de crédito pessoal e antecipação de recebíveis, através da aplicação de recursos próprios, captados de terceiros e partes relacionadas. Sua constituição, formalizada em Ata de Assembleia Geral de Constituição, recebeu autorização para funcionamento através do despacho de 5 de julho de 2002 do Banco Central do Brasil, publicado no Diário Oficial da União de 10 de julho de 2002, retificado no dia 15 de julho de 2002, tendo iniciado as atividades operacionais em novembro de 2002. As atividades operacionais da Financeira tem por objetivo principal o financiamento das operações de compra a prazo, operações de crédito pessoal e oferta de crédito rotativo aos clientes portadores do cartão de crédito da Via Certa Financiadora S.A. - CFI, através da aplicação de recursos próprios e captados de terceiros. Visando a ampliar seu mercado de atuação anteriormente restrito ao Grupo Quero-Quero, com o qual possui contrato de parceria com vigência até 5 de outubro de 2020 com as Lojas Quero-Quero S.A. e a Verde - Administradora de Cartões de Crédito S.A. com condições de não exclusividade, a Financeira concluiu a substituição de todo o parque de tecnologia da informação e contratou consultorias especializadas em mitigação de riscos, tecnologia da informação e contabilização e passou a operar no mercado de crédito pessoal e CDC através de novas parcerias, as quais representam, aproximadamente, 62,3% (42,5% em 2017) das operações de crédito da Financeira em 30 de junho de 2018. **2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de acordo com as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), quando aplicável. A apresentação dessas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e os Pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Banco Central do Brasil até o momento. As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas, como estimativa do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, provisão para créditos de liquidação duvidosa e outras provisões. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas. A Financeira efetua a revisão das estimativas e das premissas pelo menos trimestralmente. Em 30 de agosto de 2018, a Diretoria executiva aprovou as demonstrações financeiras e autorizou divulgá-las, a partir dessa data. **3. Descrição das principais práticas contábeis:** **a. Moeda funcional:** Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Financeira. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **b. Disponibilidades:** Disponibilidades são representadas por contas-correntes. **c. Apuração de resultados:** As receitas e as despesas são escrituradas pelo regime de competência. **d. Títulos e valores mobiliários:** De acordo com a Circular nº 3.068 de 8 de novembro de 2001 do Bacen, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação da Administração em três categorias específicas, atendendo aos seguintes critérios de contabilização: (i) **Títulos para negociação** - Adquiridos com a intenção de serem ativos e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período. (ii) **Títulos disponíveis para a venda** - Que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários. (iii) **Títulos mantidos até o vencimento** - Adquiridos com a intenção e a capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. **e. Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa:** As operações estão classificadas de acordo com as características de garantia e os valores individuais envolvidos, e a constituição da provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa foi definida para cobrir eventuais perdas e leva em consideração os riscos específicos e globais da carteira, bem como as diretrizes estabelecidas pela Resolução nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999 do CMN. As baixas de operações de crédito contra prejuízo (*write-offs*) são efetuadas após decorridos seis meses de sua classificação no *rating* "H", desde que apresentem atraso superior a 180 dias. O controle das operações de crédito ocorre em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos, não sendo registrados posteriormente. As rendas de operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas quando da data da renegociação. As renegociações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H", e as eventuais receitas provenientes da renegociação somente são reconhecidas quando efetivamente recebidas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco. **f. Ativos circulantes e realizáveis a longo prazo:** Estão demonstrados pelo valor do principal, atualizado com base no indexador contratado, quando for o caso, acrescido dos rendimentos e dos encargos decorridos. **g. Permanente:** O imobilizado de uso é registrado pelo valor de custo. As depreciações são classificadas pelo método linear utilizando as taxas anuais de 10% para móveis, utensílios, instalações e aeronave e 20% para sistema e equipamentos de processamento de dados e veículos. O ativo intangível está representado por gastos com implementação de *software*. A amortização para os projetos concluídos é calculada pelo método linear, pelo prazo de cinco anos até sua total amortização. Ativos não financeiros estão sujeitos à avaliação ao valor recuperável (*impairment*) em períodos anuais, ou em maior frequência, se as condições ou as circunstâncias indicarem possibilidade de redução do valor de recuperação destes. **h. Passivos circulantes e exigíveis em longo prazo:** São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridos. **i. Tributos:** Os tributos são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

Tributos	Alíquotas vigentes
Imposto de Renda (15% + adicional de 10%)	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)	20%
PIS/PASEP	0,65%
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	4%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN)	3% e 5%

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social são constituídos sobre diferenças temporariamente indedutíveis, prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social. As alíquotas aplicáveis são de 20% para a contribuição social e de 15% (mais adicional de 10% conforme a legislação) para imposto de renda sobre o lucro tributável apurado no período, ajustado por diferenças permanentes e temporárias. Conforme Lei nº 13.169, em 6 de outubro de 2015, a alíquota aplicável para a contribuição social sobre o lucro líquido, até 31 de dezembro de 2018, é de 20%; após 1º de janeiro de 2019 a alíquota passará a ser 15%. A realização desses créditos tributários ocorrerá quando da realização das provisões constituídas e pela geração de lucros tributáveis, observando, para prejuízo fiscal e base negativa, o limite de 30% do lucro real do período-base. Esses créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnico e as análises realizadas pela Administração. **j. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais:** De acordo com a Resolução CMN nº 3.823/2009: **Ativos contingentes** - São reconhecidos apenas quando da existência de evidências que assegurem sua realização. **Passivos contingentes** - São representados por obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência dependa de eventos futuros. A Financeira reconhece a provisão para a parte da obrigação para a qual é provável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos. As provisões registradas nas demonstrações financeiras decorrem, basicamente: - De processos judiciais e/ou administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios movidos por terceiros em ações cíveis. A avaliação da probabilidade de perda das contingências cíveis é classificada como remota, possível ou provável com base no julgamento dos assessores jurídicos, sobre o fundamento jurídico da causa e a viabilidade de produção de provas, da jurisprudência em questão, da possibilidade de recorrer a instâncias superiores e da experiência histórica da instituição. Considerando a imprecisão do ordenamento jurídico para previsão de eventuais perdas, é entendido que as avaliações estarão sujeitas a atualizações mensais. São constituídas provisões para os casos classificados como perda provável em que o "valor do risco de perda" possa ser determinado ou estimado. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, quando individualmente relevante, e os classificados como remotos não requerem provisão nem divulgação. **k. Estimativas:** Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As informações financeiras da Financeira incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, outras provisões e projeções de realização de créditos tributários. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas. A Financeira revisa as estimativas e as premissas pelo menos trimestralmente.

#### 4. Caixa e equivalentes de caixa:

	2018	2017
Disponibilidades (a)	527	462
Títulos e valores mobiliários (b)	35.595	38.319
<b>Total</b>	<b>36.122</b>	<b>38.781</b>

a. Disponibilidades são representadas por depósitos bancários. b. Em 30 de junho de 2018, a Financeira possuía somente cotas de fundo de investimento referenciado Depósitos Interfinanceiros (DI), classificadas como "mantidos para negociação" sem vencimento, administradas pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul, pela Caixa Econômica Federal e pelo Banco do Brasil S.A. e registradas pelos seus valores de mercado, no montante de R\$ 35.595 (R\$ 38.319 em 2017). O valor das cotas dos fundos é disponibilizado pelos respectivos administradores, que levam em consideração informações de mercado ou modelos de precificação. Em 30 de junho de 2018 e 2017, não havia posições em aberto envolvendo instrumentos financeiros e derivativos. 5. Operações de crédito: As operações de crédito são compostas de empréstimos e financiamentos concedidos a pessoas físicas e jurídicas, decorrentes de operações de aquisições de mercadorias através de Cartão Verdecard, Cartão Sigacred, Cartão Breithaupt, crédito pessoal, CDC e antecipação de recebíveis. A rubrica de "outros créditos" refere-se a títulos com característica de concessão de crédito e operações recebidas em transferência da Verde Administradora de Cartões S.A., das Lojas Quero-Quero S.A. e da Sigacred Administradora Ltda. ainda não faturados e/ou não vencidos. Essas operações estão classificadas de acordo com o previsto na Resolução nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999 do CMN, em função das características de garantia e dos valores individuais envolvidos.

a. Composição das operações de crédito:

	2018	2017
Setor privado		
Empréstimos e antecipação de recebíveis	174.217	105.254
Financiamento - CDC	54.593	65.477
Outros créditos c/ características de concessão de crédito	9.472	5.490
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(42.609)	(28.618)
<b>Total</b>	<b>195.673</b>	<b>147.603</b>
Circulante	172.197	132.719
Realizável a longo prazo	23.476	14.884
<b>Total</b>	<b>195.673</b>	<b>147.603</b>

Tipo cliente	Emprést./antecip. recebíveis	Financiamento CDC	Outr. cré. c/característica de concessão crédito	Total 2018	Total 2017
Pessoas físicas	168.844	54.041	9.283	232.168	168.826
Pessoas jurídicas	5.373	552	189	6.114	7.395
<b>Total da carteira</b>	<b>174.217</b>	<b>54.593</b>	<b>9.472</b>	<b>238.282</b>	<b>176.221</b>
Total prov. p/ cré. liquid. duvidosa	(31.961)	(7.177)	(3.471)	(42.609)	(28.618)
<b>Total líquido</b>	<b>142.256</b>	<b>47.416</b>	<b>6.001</b>	<b>195.673</b>	<b>147.603</b>

b. Composição da carteira por vencimento: As operações de crédito apresentam o seguinte perfil por faixa de vencimento das parcelas:

Vencimento	Emprést./antecip. recebíveis	Financiamento CDC	Outr. cré. c/característica de concessão crédito	Total 2018	Total 2017
Vencidos					
A partir de 15 dias	32.038	7.365	7.452	46.855	29.713
A Vencer					
Até 3 meses	73.537	21.118	2.020	96.675	75.257
De 3 a 12 meses	63.371	24.159	-	87.530	66.061
De 1 a 3 anos	5.168	1.950	-	7.118	5.189
Após 3 anos	103	1	-	104	1
<b>Total da carteira</b>	<b>174.217</b>	<b>54.593</b>	<b>9.472</b>	<b>238.282</b>	<b>176.221</b>
Provisão p/ cré. liquid. duvidosa - curto prazo	(10.133)	(1.846)	(29)	(12.008)	(8.599)
Provisão p/ cré. liquid. duvidosa - longo prazo	(21.828)	(5.331)	(3.442)	(30.601)	(20.019)
<b>Total prov. p/ cré. liquid. duvidosa</b>	<b>(31.961)</b>	<b>(7.177)</b>	<b>(3.471)</b>	<b>(42.609)</b>	<b>(28.618)</b>
<b>Total líquido</b>	<b>142.256</b>	<b>47.416</b>	<b>6.001</b>	<b>195.673</b>	<b>147.603</b>

c. Composição da carteira de operações de crédito:

Operações de crédito em 2018					Provisão em 2018		
Nível	Emprést./antecip. recebíveis	Financiamento CDC	Outr. cré. c/característica de concessão crédito	Total	Mínima (Resolução nº 2.682/99)	%	Em R\$
A	103.320	40.077	1.707	145.104	0,5%	726	
B	11.379	3.307	1.539	16.225	1,0%	162	
C	8.891	1.549	1.425	11.865	3,0%	356	
D	9.642	1.269	771	11.682	10%	1.168	
E	8.153	1.079	431	9.663	30%	2.899	
F	6.888	1.113	509	8.510	50%	4.255	
G	5.782	1.030	487	7.299	70%	5.109	
H	20.162	5.169	2.603	27.934	100%	27.934	
<b>Total</b>	<b>174.217</b>	<b>54.593</b>	<b>9.472</b>	<b>238.282</b>		<b>42.609</b>	

Operações de crédito em 2017					Provisão em 2017		
Nível	Emprést./antecip. recebíveis	Financiamento CDC	Outr. cré. c/característica de concessão crédito	Total	Mínima (Resolução nº 2.682/99)	%	Em R\$
A	59.756	53.992	905	114.653	0,5%	573	
B	5.593	3.339	629	9.561	1,0%	96	
C	6.165	1.484	513	8.162	3,0%	245	
D	6.733	987	384	8.104	10%	810	
E	5.819	774	338	6.931	30%	2.079	
F	4.286	740	312	5.338	50%	2.669	
G	3.401	708	313	4.422	70%	3.096	
H	13.501	3.453	2.096	19.050	100%	19.050	
<b>Total</b>	<b>105.254</b>	<b>65.477</b>	<b>5.490</b>	<b>176.221</b>		<b>28.618</b>	

Durante o semestre, os créditos renegociados totalizaram R\$ 18.675 (R\$ 11.681 em 2017), as baixas de créditos em atraso há mais de 360 dias totalizaram R\$ 17.008 (R\$ 15.515 em 2017) e as recuperações de créditos baixados para prejuízo (incluindo IOF sobre a operação) foram de R\$ 2.638 (R\$3.227 em 2017).

d. Movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa:

	2018	2017
<b>Saldo inicial</b>	<b>32.033</b>	<b>28.856</b>
Constituição/reversão de provisão para créditos de liquidação duvidosa	27.584	15.277
Créditos baixados contra prejuízo (a)	(17.008)	(15.515)
<b>Saldo final</b>	<b>42.609</b>	<b>28.618</b>

(a) Os créditos baixados contra prejuízos obedecem às práticas contábeis descritas na Nota Explicativa nº 3.e.

6. Outros créditos - Diversos:

	2018	2017
Adiantamentos e antecipações salariais	54	16
Adiantamento por conta de imobilizado	-	479
Valores a receber de sociedades ligadas (Nota 16.a)	188	455
Créditos tributários de impostos e contribuições (a)	9.320	7.076
Devedores diversos - País (b)	841	427
Despesas antecipadas com seguros	1	1
<b>Total</b>	<b>10.404</b>	<b>8.454</b>
Circulante	10.185	7.896
Realizável a longo prazo	219	558
<b>Total</b>	<b>10.404</b>	<b>8.454</b>

(a) Referem-se ao imposto de renda e à contribuição social diferidos, registrados para refletir os efeitos futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e seu respectivo valor contábil. De acordo com a legislação vigente, foram atendidas todas as premissas necessárias para constituição e a manutenção dos créditos tributários. Vide mais informações na Nota Explicativa nº 11.b. (b) O valor de devedores diversos país refere-se a créditos a receber em D+2 das parcerias conveniadas e Seguro de Proteção Financeira a receber da Icatu Seguros S.A.

**7. Depósitos a prazo:** Os depósitos a prazo referem-se a RDBs (Recibos de Depósitos Bancários) que foram captadas a taxas que variam de 105% a 126% do Depósito Interfinanceiro (DI), sem restrição de resgate, e que possuem a seguinte distribuição de vencimentos. A Financeira iniciou a captação no 1º semestre de 2017:

	2018	2017
A vencer até 3 meses	107	-
A vencer de 3 a 12 meses	995	-
A vencer de 1 a 3 anos	1.470	-
A vencer de 3 a 5 anos	2.481	56
<b>Total</b>	<b>5.053</b>	<b>56</b>
Circulante	1.102	-
Exigível em longo prazo	3.951	56
<b>Total</b>	<b>5.053</b>	<b>56</b>

**8. Recursos de aceites cambiais e emissão de títulos:** Os recursos de aceites cambiais referem-se a Letras de Câmbio que foram captadas a taxas que variam de 105% a 115% do Depósito Interfinanceiro (DI), sem restrição de resgate, e que possuem a seguinte distribuição de vencimentos:

	2018	2017
A vencer até 3 meses	7	35.314
A vencer de 3 a 12 meses	57.432	20.432
A vencer de 1 a 3 anos	135.400	94.727
<b>Total</b>	<b>192.839</b>	<b>150.473</b>
Circulante	57.439	55.746
Exigível em longo prazo	135.400	94.727
<b>Total</b>	<b>192.839</b>	<b>150.473</b>

#### 9. Outras obrigações - Diversas:

	2018	2017
Valores a pagar a sociedades ligadas (a)	963	1.633
Cretores diversos - País (b)	9.395	4.419
Provisão para pagamentos a efetuar (c)	815	507
Provisão para passivos contingentes (d)	97	-
<b>Total</b>	<b>11.270</b>	<b>6.559</b>
Circulante	11.027	-
Exigível em longo prazo	243	-
<b>Total</b>	<b>11.270</b>	<b>-</b>

(a) Refere-se a despesas administrativas a pagar (Nota Explicativa nº 16 (c) e valores a repassar com a sociedade ligada Verde Administradora de Cartões de Crédito S.A. e Lojas Quero-Quero S.A (b) Referem-se a parcela de seguro proteção financeira, comissões diferidas sobre operações realizadas pelas conveniadas e contas a pagar decorrentes de resultados de parceria a pagar e operações de crédito realizadas no último dia do semestre pelas novas parcerias. O principal saldo no montante de R\$ 4.609 (R\$ 2.571 em 2017), refere-se à parcela de seguro de proteção financeira a ser repassada para a Icatu Seguros S.A. (c) O valor de provisão para pagamentos a efetuar refere-se a provisão de férias e encargos, gratificação semestral, participação nos resultados e assistência médica. (d) O valor de provisão para passivos contingentes refere-se a provisões para eventuais perdas decorrentes de processos cíveis estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pelo apoio de seus consultores legais, descritas na Nota Explicativa nº 17. **10. Patrimônio líquido: Capital social:** O capital social subscrito e integralizado está representado por 100.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal de acionistas domiciliados no País **Reserva legal:** É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. **Juros sobre capital próprio/dividendos:** Conforme o parágrafo quarto, do art. 19, do estatuto, é assegurada a distribuição de dividendos obrigatórios de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado nos termos do art. 202, da Lei nº 6.404/76. A Administração deliberou o pagamento da totalidade dos dividendos relativos ao semestre. Demonstração do cálculo dos dividendos:

	2018	2017
Lucro líquido do semestre	2.458	3.831
(-) Reserva legal	(123)	(192)
<b>Base de cálculo dos dividendos</b>	<b>2.335</b>	<b>3.639</b>
Dividendos mínimos obrigatórios distribuídos	584	910
Dividendos complementares distribuídos, aprovados em ata	2.548	841
<b>Total de dividendos</b>	<b>3.132</b>	<b>1.751</b>

**11. Imposto de renda e contribuição social:** Demonstramos, abaixo, a apuração do imposto de renda e da contribuição social para o semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017: a. Imposto de renda e contribuição social correntes:

	2018	2017
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>4.422</b>	<b>6.905</b>
<b>Efeito das adições e das exclusões no cálculo dos tributos</b>	<b>3.803</b>	<b>494</b>
Diferenças temporárias de provisões	29.471	17.853
(-) Exclusões por perdas fiscais	(25.774)	(17.430)
Adições permanentes	106	71
<b>Base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>8.225</b>	<b>7.399</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social - Corrente</b>	<b>(3.627)</b>	<b>(3.265)</b>

b. **Imposto de renda e contribuição social diferidos:** Em 30 de junho, o ativo fiscal diferido decorrente de diferenças temporárias está registrado no grupo "Outros créditos" e é assim representado:

	2018	2017
<b>Apuração:</b>		
Diferenças temporárias		
Saldo de provisão para créditos de liquidação duvidosa não dedutível para fins de imposto de renda e contribuição social	20.712	15.724
Crédito tributário líquido constituído no semestre - Imposto de renda - 25 %	5.178	3.931
Crédito tributário líquido constituído no semestre - Contribuição social - 20 %	4.142	3.145
<b>Crédito tributário de impostos e contribuições</b>	<b>9.320</b>	<b>7.076</b>
Ativo circulante (classificado em "Outros créditos")	9.101	6.518
Realizável a longo prazo (classificado em "Outros créditos")	219	558
<b>Crédito tributário de impostos e contribuições</b>	<b>9.320</b>	<b>7.076</b>

#### Movimentação:

	2018	2017
Saldo inicial crédito tributário diferido	7.657	6.885
Créd. tributário liq. constituído/(revertido) no semestre		
Imposto de renda	924	106
Contribuição social	739	85
<b>Saldo final crédito tributário diferido</b>	<b>9.320</b>	<b>7.076</b>

% sobre o patrimônio líquido 25,39 19,10

**Valor presente dos créditos tributários:** De acordo com o estabelecido no inciso V do art. 3º da Circular nº 3.171 emitida pelo Banco Central do Brasil, o valor presente dos créditos tributários, calculado considerando a taxa média de captação de 8,50% a.a., está representado por R\$ 5.013 (R\$ 3.771 em 2017) referentes ao imposto de renda e R\$ 4.010 (R\$ 3.017 em 2017) referentes à contribuição social.

#### 12. Receita de operações de crédito:

	2018	2017
Receita com juros contratuais	131.373	60.841

**13. Receita de prestação de serviços:** Refere-se, basicamente, a comissões de intermediação de operações de seguro prestamista e tarifas de operações do cartão de crédito, conforme composição abaixo:

Receita com juros de mora e multa	11.979	9.337			<b>2018</b>	<b>2017</b>
Desc. de juros contratuais, juro de mora e multa	(61.358)	(11.811)	Receita com comissões sobre vendas de seguros		2.258	1.285
Receita com recuperação de crédito (a)	2.599	3.196	Tarifas de antecipação de recebíveis e de cobrança		196	202
<b>Total</b>	<b>84.593</b>	<b>61.563</b>	Receita de serviços prioritários (a)		4.952	2.470

**Total** **7.406** **3.957**  
(a) Refere-se à tarifa sobre serviços de confecção de cadastro e tarifas aplicáveis aos cartões.

(a) Valor está apresentado líquido de IOF retido sobre a recuperação.

#### 14. Outras despesas administrativas:

			<b>2018</b>	<b>2017</b>
Despesas de serviços de terceiros (a)			38.755	25.124
Despesas com serviços técnicos especializados			2.136	1.572
Despesas com processamento de dados			1.893	1.400
Despesas com viagens			262	339
Despesas com propaganda e publicidade			980	557
Despesas de comunicações			250	276
Outras despesas			1.582	1.183
<b>Total</b>			<b>45.858</b>	<b>30.451</b>

(a) Em 30 de junho de 2018, do montante de R\$ 38.755 (R\$ 25.124 em 2017) da conta de despesas de serviço de terceiros, R\$ 31.225 (R\$ 20.743 em 2017) referem-se a custos de transações realizadas com partes relacionadas, regidas por contrato entre as partes, conforme apresentado na Nota Explicativa nº 16.c.

#### 15. Despesas tributárias:

	<b>Alíquota</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Programa de Integração Social (PIS)	0,65%	543	359
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	4,00%	3.342	2.208
Imposto Sobre Serviços (ISS)	3,00% e 5,00%	294	79
Imposto s/ propriedade de veículos automotores (IPVA)		2	4
<b>Total</b>		<b>4.181</b>	<b>2.650</b>

**16. Transações com partes relacionadas:** Em 30 de junho de 2018 e 2017, os principais saldos de ativos e passivos, bem como as transações que influenciaram o resultado, relativas a operações de captações com partes relacionadas, realizadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos e volume de operações ou de prestação de serviços de acordo com as condições estabelecidas em contrato entre as partes, e para operações de crédito em condições específicas, considerando o volume das operações e os prazos de pagamentos, são os seguintes:

2018						
	Lojas Quero-Quero S.A	Verde Adm. de Cartões de Crédito S.A	Agrop. Sentinelas das Coxilhas S.A	Via Certa Participações S.A	Pessoas físicas	Total
<b>Ativo</b>						
Valores a receber (a)	133	55	-	-	-	188
<b>(Passivo)</b>						
Recursos de aceites cambiais (b)	-	-	(4.458)	(588)	(155.805)	(160.851)
Despesas administ. a pagar (c)	(771)	(192)	-	-	-	(963)
<b>Resultado</b>						
Recursos de aceites cambiais (b)	-	-	(83)	(94)	(5.053)	(5.230)
Rec. seguro proteção financeira	474	-	-	-	-	474
Comissoes Serv. Financeiros - FIDC	-	95	-	-	-	95
Despesas administrativas (c)	(13.231)	(1.660)	-	-	-	(14.891)
	<b>Luar Partic. Invest. e Serv. S.A</b>	<b>Hammerschmitt &amp; Cia. Ltda.</b>	<b>Scholze Partic. S.A</b>	<b>Scholze Incorp. &amp; Empr. Imobil. Ltda.</b>	<b>Hammer Partic. S.A</b>	<b>Total</b>
<b>(Passivo)</b>						
Recursos de aceites cambiais (b)	(3.228)	(16)	(1.512)	(6.621)	(5.613)	(16.990)
<b>Resultado</b>						
Recursos de aceites cambiais (b)	(115)	(1)	(59)	(288)	(202)	(665)
	<b>Fácil Prom. de Vendas e Serv. S.A</b>	<b>Total</b>				
<b>(Passivo)</b>						
Recursos de aceites cambiais (b)	(4.001)	(4.001)				
Despesas administ. a pagar (c)	(735)	(735)				
<b>Resultado</b>						
Recursos de aceites cambiais (b)	(157)	(157)				
Despesas administrativas (c)	(16.334)	(16.334)				
2017						
	Lojas Quero-Quero S.A	Verde Adm. de Cartões de Crédito S.A	Agrop. Sentinelas das Coxilhas S.A	Via Certa Participações S.A	Pessoas físicas	Total
<b>Ativo</b>						
Valores a receber (a)	46	409	-	-	-	455
<b>(Passivo)</b>						
Recursos de aceites cambiais (b)	-	-	(675)	(668)	(121.060)	(122.403)
Despesas administ. a pagar (c)	(1.307)	(326)	-	-	-	(1.633)
<b>Resultado</b>						
Recursos de aceites cambiais (b)	-	-	(290)	(230)	(6.947)	(7.467)
Rec. seguro proteção financeira	210	-	-	-	-	210
Despesas administrativas (c)	(14.826)	(2.052)	-	-	-	(16.878)
	<b>Luar Partic. Invest. e Serv. S.A</b>	<b>Hammerschmitt &amp; Cia. Ltda.</b>	<b>Scholze Partic. S.A</b>	<b>Scholze Incorp. &amp; Empr. Imobil. Ltda.</b>	<b>Hammer Partic. S.A</b>	<b>Total</b>
<b>(Passivo)</b>						
Recursos de aceites cambiais (b)	(3.018)	(6.258)	(84)	(8.920)	(11)	(18.291)
<b>Resultado</b>						
Recursos de aceites cambiais (b)	(195)	(377)	(11)	(536)	(1)	(1.120)
	<b>Fácil Prom. de Vendas e Serv. S.A</b>	<b>Total</b>				
<b>(Passivo)</b>						
Recursos de aceites cambiais (b)	(769)	(769)				
Despesas administ. a pagar (c)	(185)	(185)				
<b>Resultado</b>						
Recursos de aceites cambiais (b)	(23)	(23)				
Despesas administrativas (c)	(3.865)	(3.865)				

(a) Valores a receber referentes a liquidações de operações de crédito do último dia do semestre a ser repassadas em D+1 e Seguros de Proteção Financeira. (b) Captações através de recursos de aceites cambiais são remuneradas a taxas que variam de 105% a 115% do CDI em 2018 e 2017. (c) Despesas administrativas a pagar referem-se às obrigações pelos serviços prestados na administração de cadastro, cobrança, utilização de sistemas informatizados e arquivo de documentos relacionados às operações de crédito concedidas aos clientes da Financeira com as Lojas Quero-Quero S.A. oriundas do contrato de parceria celebrado entre as partes, com vigência até 5 de outubro de 2020, em que a utilização de base de clientes, canais e infraestrutura operacional para exploração de produtos financeiros é remunerada com base em percentual calculado sobre os resultados obtidos e ressarcimento de custos efetivos na utilização de recursos pela Financeira. **Remuneração dos administradores:** No semestre findo em 30 de junho de 2018 e 2017, os benefícios proporcionados pela Financeira na forma de remuneração fixa, conforme as responsabilidades de seus Administradores, estavam assim compostos:

**2018** **2017**

Remuneração	351	348
Encargos sociais	79	81
<b>Total</b>	<b>430</b>	<b>429</b>

Não existem benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para o pessoal-chave da Administração. Conforme Legislação vigente, não foram concedidos empréstimos ou adiantamentos para: (i) diretores e membros do Conselho, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o segundo grau; (ii) pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10% (dez por cento), salvo autorização específica do Banco Central do Brasil, em cada caso, quando se tratar de operações lastreadas por efeitos comerciais resultantes de transações de compra e venda ou penhor de mercadorias, em limites que forem fixados pelo CMN, em caráter geral; (iii) pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10% (dez por cento); (iv) pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10% (dez por cento) quaisquer dos diretores ou administradores da própria instituição financeira, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até segundo grau. **17. Provisões para passivos contingentes:** O valor das contingências contra a Financeira classificadas como provável perda foram provisionadas pelo montante de R\$ 97 e as contingências classificadas como possíveis não provisionadas totalizaram, o montante de R\$ 2.112, em 30 de junho de 2018, (R\$ 1.209 em 2017), referente a processos cíveis e trabalhistas.

<b>Movimentação:</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Saldo inicial provisão para passivos contingentes	-	-
- Provisão para passivos contingentes constituído no semestre	97	-
<b>Saldo final provisão para passivos contingentes</b>	<b>97</b>	<b>-</b>

**18. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros:** Os principais riscos relacionados aos instrumentos financeiros são risco de crédito, de mercado e de liquidez, abaixo definidos: **a. Gestão de risco operacional:** em atendimento à Resolução nº 3.380/06 do Banco Central do Brasil, a Financeira estabeleceu uma estrutura de gerenciamento dos riscos operacionais responsável pela identificação, pela avaliação, pelo monitoramento, pelo controle e pela mitigação dos seus riscos. Essa estrutura, através de metodologia apropriada, realiza avaliações periódicas nos processos, identificando os riscos inerentes, tratando-os de maneira adequada à sua mitigação. O relatório descritivo do gerenciamento do risco operacional encontra-se na sede da Financeira. **b. Risco de mercado:** em consonância com o que prevê a Resolução nº 3.464/07 do CMN, a Financeira implementou uma estrutura para gerenciamento dos riscos de acordo com o grau de complexidade dos seus produtos e a dimensão do risco de mercado. **c. Risco de crédito:** possibilidade de ocorrência de perdas para a Financeira, associadas ao não cumprimento pela contraparte de empréstimo ou operação financeira, de suas obrigações nos termos pactuados. A Financeira entende que o risco de crédito em sua carteira se encontra mantido em níveis aceitáveis de exposição e possui condições de gerenciamento que mitigue exposições, atendendo, assim, a Resolução CMN nº 3.721/2009. **d. Gerenciamento de capital:** a estrutura para gerenciamento de capital da Financeira está definida com base na Resolução CMN nº 3.988/2011 e prevê procedimentos para apuração de Patrimônio de Referência Exigido, Patrimônio de Referência, Índice de Basileia, limites mínimos, elaboração de plano de capital, testes de estresse e relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação de capital. **e. Risco de liquidez:** relacionado ao descasamento de fluxos financeiros de ativos e passivos, com reflexos sobre a capacidade financeira da Financeira em obter recursos para honrar seus compromissos. O gerenciamento desses riscos é efetuado através de controles que permitem o acompanhamento diário das operações quanto às diretrizes e aos limites estabelecidos pela Administração, e não estão previstas em suas políticas operações que não objetivem *hedge* de suas posições ativas e passivas. A Administração considera como aceitável sua exposição aos riscos descritos acima em 30 de junho de 2018 e não contratou operações com instrumentos financeiros derivativos, tampouco efetuou cessões de crédito no período divulgado. **19. Limite operacional (Acordo da Basileia):** Em 30 de junho de 2018, a Financeira encontra-se enquadrada nos limites de capital estabelecidos pelos normativos em vigor. Com o Índice de Basileia em 16,74%, a Financeira possui Patrimônio de Referência (PR) acima do mínimo exigido para o Patrimônio de Referência Exigido (PRE), composto pela exposição aos riscos de mercado, crédito e operacional, conforme Resoluções nº 3.444/07 e nº 3.490/07 do CMN e demais normativos complementares. Ainda, possui capital mínimo requerido pelo Bacen, conforme Resolução nº 2.697/99.

<b>a. Cálculo do Índice de Basileia: Demonstrativo das exigibilidades de capital e do índice de Basileia</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Patrimônio líquido	36.705	37.045
B - Patrimônio de referência para fins de limites operacionais	36.705	37.045
Alocação de capital:	18.039	14.163
1 - Risco de crédito (RWACPAD)	-	-
2 - Risco de mercado (RWAMPAD)	-	-
3 - Risco operacional (RWAOPAD)	876	13.690
C - Patrimônio de Referência Exigido (1+2+3)	18.915	27.853
D - Alocação de capital para cobertura de risco das operações sujeitas à variação de taxas de juros não classificadas na carteira de negociação	1.277	843
E - Valor da margem ("B"- "C"- "D")	16.513	8.349
F - Adicional de Capital Principal	4.112	3.764
G - Margem sobre o Adicional de Capital ("E"-F)	12.401	4.584
H - Patrimônio de Referência Requerido para RWA e para RBAN	20.192	28.696
I - Total das exposições ponderadas pelo risco: ("C"/Fator F)	219.302	28.696
J - Capacidade de alavancagem: : ("E"/Fator F)	191.460	90.253
K - Índice de Basileia: ("B"/("C"/Fator F))	16,74%	12,30%
L - Índice de Basileia amplo: : ("B"/(("C"/Fator F)+ "D"))	16,64%	11,94%

b) **Limites operacionais:** O Banco Central estabeleceu, conforme Circular nº 3.686/2013, os procedimentos para apuração dos limites e dos padrões mínimos regulamentares. Em 30 de junho de 2018, as posições da Instituição e as exigências normativas para os limites já regulamentados pelo órgão estão demonstradas a seguir:

Limites regulamentados	Exigência (exigência/limite)	Situação	Margem	
<b>30/06/2018</b>	Compatibilização do PR com PRE	18.915	36.705	194,06%
	Imobilização	18.352	5.778	31,49%
<b>30/06/2017</b>	Compatibilização do PR com PRE	27.853	37.045	133,00%
	Imobilização	18.522	836	4,51%

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos Administradores e Acionistas da Via Certa Financiadora S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos, Santo Cristo - RS

**Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Via Certa Financiadora S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Via Certa Financiadora S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos em 30 de junho de 2018, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de à Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Porto Alegre, 30 de agosto de 2018.



KPMG Auditores Independentes, CRC SP-014428/F-7; Cristiano Jardim Seguecio, Contador CRC SP-244525/O-9 T-RS.